



Prof.ª Me. Luana Bergmann Soares

Natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. É pedagoga, mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, e pesquisadora de carreira do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) desde 2010. Desde que ingressou na autarquia, trabalha na Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), onde ocupou diferentes postos técnicos e de gestão. Desde 2016, assumiu a direção geral dos trabalhos. O INEP, por meio da DAEB, lidera a produção anual de diversos instrumentos e informações pedagógicas, psicométricas e estatísticas que subsidiam as políticas educacionais brasileiras.

Realizações e perspectivas para a avaliação educacional no Brasil

1. Revista Com Censo (RCC) - Qual a função da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) no âmbito do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)? Quais as principais ações desenvolvidas pela DAEB? E, além disso, quais são as ações estão sendo planejadas pela DAEB para os próximos anos em relação ao tema da avaliação educacional?

Luana Bergmann Soares - O INEP, fundado em 1937, transformou-se em Autarquia Federal em 1997, por força do Decreto 2.146/97. Naquele momento, estruturou-se a DAEB como um órgão específico singular da Autarquia. Quando de sua criação, a DAEB tinha como função principal a operacionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), como ferramenta de diagnóstico e de produção de evidências que subsidiassem as políticas públicas de Educação Básica. Atualmente, a DAEB é responsável por diversos outros objetos de trabalho. Além do SAEB, a DAEB é responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e pelo Exame que permite a Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS). No campo internacional, atuamos junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a realização do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) no Brasil; e também junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a realização dos Estudos Regionais, liderados pelo Laboratório Latinoamericano da Organização. Para os próximos anos, nossas principais perspectivas são de aprimoramento dos nossos instrumentos e metodologias de coleta de dados sobre a realidade educacional. Estamos trabalhando muito para refinar e diversificar nossos instrumentos de medida e de entrega de evidências.

2. RCC - Qual a importância das avaliações externas no contexto educacional brasileiro? Como você analisa o atual quadro da avaliação educacional no Brasil? E quais as perspectivas para o futuro?

Luana - A concepção do nosso SAEB na década de 1990 teve importância estratégica para a criação de uma visão brasileira a respeito da necessidade de elaborarmos políticas educacionais baseadas em evidências. Essa visão tem sido amadurecida desde então. O desafio que se apresenta atualmente é o de tornar mais inteligentes, integradas e eficientes as diversas iniciativas de avaliação que surgiram no Brasil nos últimos anos. Ainda existem muitos Estados e inclusive Municípios replicando o que o INEP já faz – investindo recursos públicos para, na maioria das vezes, produzir as mesmas evidências. Precisamos repensar esse modelo e assim alavancar todo o potencial que cada ente da federação possui. Para o SAEB 2019, estamos amadurecendo internamente uma proposta com foco na produção de evidências para o planejamento governamental. Em breve levaremos essa proposta para a apreciação dos Estados e dos Municípios.

3. RCC - Qual importância das avaliações externas internacionais para o Brasil? Que indicativos essas avaliações podem apontar? Você considera que as informações geradas são adequadamente compreendidas e utilizadas no Brasil?

Luana - Nossa participação no PISA tem sido fundamental para que possamos aprimorar nossas metodologias de coleta de dados sobre a realidade educacional. Essas avaliações oferecem medidas importantes de comparação internacional e demonstram o quanto precisamos elevar a qualidade da educação ofertada no Brasil. Hoje temos um cenário muito preocupante – não apenas na área de Leitura, mas especialmente na Matemática e nas Ciências. Infelizmente, ainda há poucos estudos nacionais que tomam por referência as informações do PISA. Com poucas e importantes exceções, lamentavelmente as universidades e os pesquisadores brasileiros em geral não têm se debruçado sobre essas informações.

4. RCC - Que análise você faz da utilização de informações das avaliações externas na elaboração de políticas públicas no Brasil?

Luana - O Brasil tem consolidado uma visão de elaboração de políticas públicas baseadas em evidências. O Ministério da Educação, a partir das evidências oferecidas pelo INEP, tem atuado dessa forma. O recente lançamento da Política Nacional de Alfabetização, articulada à publicação dos resultados do SAEB em sua Avaliação Nacional de Alfabetização, aplicada em 2016, é um exemplo disso. Há, no entanto, muito espaço para avançarmos, também nos Estados e Municípios, especialmente no que diz respeito ao planejamento governamental.

5. RCC - Você considera que a criação de Sistemas de Avaliação em Estados e Municípios brasileiros é um caminho para melhorar a Educação Básica? Quais os fatores limitantes e os desafios para a efetivação dos sistemas estaduais e distrital de avaliação educacional?

Luana - Não consideramos que esse seja o caminho, pois é muito custoso e produz pouco impacto. O foco não pode mais ser a quantidade de Sistemas de Avaliação existentes, e sim a natureza da avaliação que se faz. O que temos debatido é que os Estados e Municípios devem mudar o foco da avaliação. Hoje, a maioria dos entes federados faz avaliação somativa (externa), ou seja, replicam o SAEB. O grande salto seria que os entes se debruçassem em Avaliações

Formativas, ou seja, aquelas que acompanham e monitoram o processo de aprendizagem dos estudantes. Essas sim têm condições de possibilitar intervenções rápidas e pontuais durante o processo.

6. RCC - O Art. 11. do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) determina a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB). Tal sistema foi criado por meio da Portaria nº 369/2016; entretanto, a referida foi revogada pela Portaria nº 981/2016. Com este panorama, quais são as perspectivas para a criação e implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB)?

Luana - O Brasil já possui um Sistema de Avaliação da Educação Básica – é o SAEB, desde 1990. Portanto, acredito que não existe a necessidade de se falar na “criação” de um Sistema. Dito isso, cabe ressaltar que o que o Art. 11 do PNE estabelece, na verdade, é uma perspectiva de aprimoramento e diversificação de informações produzidas pelo SAEB – trabalho que o INEP já vem desenvolvendo ao longo dos últimos anos, haja vista as informações publicadas em nosso Portal, em iniciativas como o Painel Educacional, os Relatórios e o InepData. Na divulgação dos resultados do SAEB 2017, prevista para 2018, daremos mais alguns passos nesse sentido. Para 2019, virão mais avanços, como a inclusão da avaliação da Educação Infantil e de outros indicadores de insumos, processos e contextos educacionais.

7. RCC - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) estabelece as diretrizes e critérios mínimos para realização da Avaliação Institucional. Qual a perspectiva para o estabelecimento de critérios gerais para a Avaliação Institucional na Educação Básica?

Luana - Precisamos avançar em instrumentos que permitam que a própria escola faça a sua Autoavaliação Institucional. INEP, estados e municípios poderiam trabalhar juntos na elaboração de instrumentos dessa natureza.

8. RCC - Como utilizar os indicadores de contexto escolar da Avaliação Institucional para favorecer uma análise qualitativa da educação brasileira?

Luana - É preciso conhecer a realidade contextual de cada escola para que se possa atuar sobre ela. Podemos tomar como exemplo a relação entre a escola e a família. Conhecendo melhor a realidade das famílias das quais seus estudantes fazem parte, as equipes escolares podem elaborar ações específicas com os pais e responsáveis, com objetivo de engajá-los e torná-los mais ativos no processo educacional de seus filhos.

9. RCC - Com a publicação da Base Nacional Comum Curricular, que tipos de modificações poderão ocorrer nos exames e avaliações externas?

Luana - A partir da publicação da versão final da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, trabalharemos em ajustes e atualizações de nossas Matrizes de Referência de avaliação e de exames. Além disso, proporemos um calendário de implantação dessas novas Matrizes, seguramente alinhado ao calendário de implantação da própria BNCC, garantindo um processo avaliativo justo. ■